



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 006 DE 23 DE JANEIRO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – PROMIDE - ATRAVÉS DA SUINOCULTURA, AVICULTURA E BOVINOCULTURA DE LEITE NO MUNICÍPIO DE REDENTORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DENILSON MACHADO DA SILVA, Prefeito Municipal de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e **ELE** sanciona e promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica instituído no Município de Redentora o Programa Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico – PROMIDE – através do incentivo a implantação e ampliação de unidades de produção de suínos e aves, aqui denominados empreendimento (s), bem como incentivo a melhoria das propriedades de bovinocultura de leite, aqui denominados propriedade (s), vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, tendo como beneficiários os empreendedores e produtores rurais do município de Redentora, que preencham os requisitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º. O PROMIDE tem por objetivo fomentar a implantação, ampliação, reforma e melhoria de unidades de produção de suínos, aves e produção leiteira no município, com o intuito de elevar o coeficiente de participação do município na arrecadação estadual no Índice de Participação dos Municípios – IPM aumentando o repasse pelo Estado ao Município do ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, evitar o êxodo rural, promover a geração de emprego e renda no campo e fomentar o desenvolvimento econômico e social.

3

6



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

Art. 3º. Os incentivos poderão ser concedidos aos empreendimentos e às propriedades, através de uma ou pela conjugação das seguintes formas de apoio:

- I. Fornecimento de serviços de terraplanagem da área do empreendimento ou propriedade, realizadas com maquinários do município ou serviços contratados de terceiros;
- II. Encascalhamento na propriedade e abertura de vias de acesso às propriedades rurais destinadas ao escoamento da produção;
- III. Fornecimento de serviços de máquinas rodoviárias para construção de reservatórios para depósito de dejetos da atividade do empreendimento ou da propriedade;
- IV. Licença Ambiental quando estiver na competência municipal;
- V. Concessão de recursos financeiros, de acordo com o retorno do ICMS gerado pelo empreendimento ou propriedade, cujo valor deverá ser aferido através do setor fazendário, levando em consideração o movimento econômico gerado e sua representatividade no Valor Adicionado Fiscal – VAF e, por consequência no IPM.

§ 1º. Para o incentivo de recursos financeiros previsto no Inciso V, aos empreendimentos de suínos e aves se dará da seguinte forma:

- a) Construção e Ampliação do Empreendimento: 50% (cinquenta por cento) da média do retorno de ICMS gerado pelo empreendimento, a ser calculado pelo VAF do empreendimento nos 03 (três) anos anteriores, que equivalem aos anos base para a apuração do IPM.
- b) Reforma e Melhoria do Empreendimento: 25% (vinte e cinco por cento) da média do retorno de ICMS gerado pelo empreendimento, a ser calculado pelo VAF do empreendimento nos 03 (três) anos anteriores, que equivalem aos anos base para a apuração do IPM.

§ 2º. Para o incentivo de recursos financeiros previsto no Inciso V, as propriedades de bovinocultura leiteira se darão da seguinte forma:

- a) Melhoria da propriedade ou vias de acesso: Equivalência da média produzida na propriedade nos 03 (três) anos anteriores, que equivalem aos anos base para apuração do IPM, a serem revertidos em hora máquina para realização dos serviços com as máquinas do município ou pagamento de serviço terceirizado na impossibilidade de o município executar os serviços, à



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

monta de até 04 (quatro) horas/máquinas para propriedades com média de até 10.000 (dez mil) litros/ano e 06 (seis) horas/máquina para propriedades com média acima de 10.000 (dez mil) litros/ano.

§ 3º. Quando do incentivo com recursos financeiros, após a aprovação do pedido feito pelo beneficiário, este deverá apresentar as notas fiscais de compra de mercadorias ou serviços, com datas de emissão posterior ao protocolo do pedido junto à Prefeitura, para que o município efetue o repasse ao beneficiário.

§ 4º. Quando do incentivo com recursos financeiros, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor do incentivo deverá ser gasto obrigatoriamente no comércio local, ou seja, em estabelecimento com sede no Município de Redentora.

Art. 4º. Para obter os incentivos dispostos nesta Lei, o beneficiário (produtor rural), deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Requerimento dirigido ao Prefeito Municipal solicitando a concessão do incentivo, detalhando qual o tipo de incentivo elencado no Art. 3º incisos I, II, III, IV e V;
- b) Cópia de projeto de engenharia, no caso de implantação ou ampliação;
- c) Laudo ou atestado emitido conjuntamente (ou individual) pela EMATER do Município e pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo este assinado pelo Departamento Técnico e pelo Secretário da pasta, afim de atestar a viabilidade do empreendimento;
- d) Bloco de produtor rural com inscrição no município de Redentora;
- e) Certidão negativa de débitos municipais, fornecido pelo Setor de Cadastro e Arrecadação da Prefeitura Municipal de Redentora.

Art. 5º. A concessão dos benefícios previstos nesta Lei poderá ser concedida anualmente, exceto o benefício previsto no Art. 3º Inciso V que poderão ser concedidas num período mínimo de 03 (três) anos.

Art. 6º. O Poder Executivo, após análise, decidirá sobre o pedido, levando em consideração a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

Art. 7º. As despesas decorrentes deste Programa serão suportadas pelas dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 8º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei por meio de Decreto no que couber.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENTORA-RS, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.



DENILSON MACHADO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.
Em 23 de janeiro de 2023.



RICARDO DELLA FLORA

Secretário Municipal de Administração e Finanças



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 006/2023

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honra-nos cumprimentar os Nobres Edis, oportunidade está em que viemos apresentar o Projeto de Lei que **"DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – PROMIDE - ATRAVÉS DA SUINOCULTURA, AVICULTURA E BOVINOCULTURA DE LEITE NO MUNICÍPIO DE REDENTORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**, onde prevê a concessão de benefícios, sem a necessidade de devolução financeira por parte do beneficiário ao Município.

O objetivo do programa é aumentar o repasse pelo Estado ao Município do ICMS – Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, evitar o êxodo rural, promover a geração de emprego e renda no campo e fomentar o desenvolvimento econômico e social, através da atividade da suinocultura, da avicultura e da bovinocultura de leite.

O programa é destinado aos empreendimentos e propriedades já em atividade no município, haja que estes ajudam a compor boa parte do Valor Adicionado Fiscal do município que corresponde a 75% da composição do índice de participação do município no rateio de participação do ICMS do Estado destinado aos Municípios.

Cabe salientar que o escalonamento diferenciado para as propriedades produtores de leite, se deve ao fato de que quanto maior a produção, maior é a propriedade, conseqüentemente maior é a demanda por serviços dentro da propriedade.

Salienta-se que a as despesas com realização de serviços ou repasse financeiros previstos neste Projeto de Lei, serão brevemente revertidos de volta aos cofres municipais através do incremento da produção e respectivamente no retorno de ICMS.

Destaca-se ainda, que cada beneficiário poderá ter os benefícios a cada 03 anos, período este em que a produção do estabelecimento é considerada para a formação do valor adicionado fiscal no índice de participação do município no ICMS.

Sendo assim, solicitamos apreciação e deliberação da presente matéria pelos Nobres Edis.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE REDENTORA/RS, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS
DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

DENILSON MACHADO DA SILVA
Prefeito Municipal